



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria da Controladoria Geral do Estado
Gerência de Orientação Normas e Procedimentos

BOLETIM Nº 013/2011	ASSUNTO: Nota fiscal eletrônica – NF-e – complementa o conteúdo do boletim nº 28/10
LEGISLAÇÃO: Protocolo ICMS nº 42/2009, com alterações.	DATA: 31/03/2011

OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA NF-E

A Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SECGE, através da Gerência de Orientação, Normas e Procedimentos, vem, através desse informe, **complementar** as informações divulgadas no **Boletim GONP nº 28/2010**, cujo tema abordado foi a obrigatoriedade de comprovação da despesa pública através de NOTA FISCAL ELETRÔNICA.

Em razão da publicação do protocolo ICMS 42/2009, a partir de 1º de abril de 2011, exigir-se-á a comprovação da despesa realizada em operações internas pela administração pública direta e indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. Ressalte-se que, nas operações interestaduais esta obrigatoriedade teve início de vigência em 01/12/2010.

Assim, orientamos aos gestores públicos estaduais que, doravante, façam constar nos editais de licitação, nas contratações por dispensa e inexigibilidade, bem como nos contratos administrativos decorrentes desses processos licitatórios, a exigência de emissão de NF-e, modelo 55 por contribuintes de ICMS em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 e 1-A (operação de venda ao consumidor), salvo nas exceções previstas no Protocolo ICMS 42/2009, quais sejam:

1. O microempreendedor individual – MEI, que trata o art. 18-A da LC 123/2006;
2. Operações realizadas por produtor rural não inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Lembramos, por oportuno, que as despesas decorrentes de transferências voluntárias a Municípios, de suprimento institucional, de suprimento individual e de repasse financeiro também deverão ser comprovadas com Notas Fiscais Eletrônicas, e que, portanto, se o estabelecimento a ser contratado pela administração não emitir tal documento fiscal, a administração pública não deverá com ele contratar. O mesmo procedimento deve ser observado nos casos de dispensa de licitação baseada no Artigo 24, I e II da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (compra direta) efetuadas pelo processamento normal da despesa - DN.

Em síntese, e em atendimento ao que dispõe o protocolo ICMS 42/2009, **os gestores públicos estaduais deverão exigir que o contribuinte de ICMS, nas operações efetuadas com a Administração Pública, emita como documento fiscal a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55.**

Esta Chefia das Ações de Orientação, coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos através dos telefones: 3183-6814 e 3183-6842